

DIVERSIFICAÇÃO
DAS ATIVIDADES
E CRIAÇÃO DE EMPREGO:
DESTINATÁRIOS
E BENEFICIÁRIOS
DE POLÍTICAS

TÍTULO:

**Diversificação das atividades e criação de emprego:
destinatários e beneficiários de políticas**

AUTOR:

Ana Novais | Maria João Canadas

Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

SPADA/FENACAM

Complexo Industrial B I, Estrada da Lapa, 1
2665-540 Venda do Pinheiro

EDIÇÃO:

Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

PARCEIROS:

ISA - Instituto Superior de Agronomia

INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

Julho de 2014

ISBN: 978-989-8748-02-7

Depósito Legal:

ANA NOVAIS
MARIA JOÃO CANADAS

DIVERSIFICAÇÃO
DAS ATIVIDADES
E CRIAÇÃO DE EMPREGO:
DESTINATÁRIOS
E BENEFICIÁRIOS
DE POLÍTICAS

ANIMAR
LISBOA 2014

DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES E CRIAÇÃO DE EMPREGO: DÉSTINATÁRIOS E BENEFICIÁRIOS DE POLÍTICAS

Apresentam-se aqui alguns dos resultados do estudo *Diversificação das atividades e criação de emprego: destinatários e beneficiários de políticas*, realizado no âmbito do projeto Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural.

Objetivo do estudo

- Traçar um perfil socioeconómico de candidatos e de beneficiários efetivos da medida 3.1 do subprograma 3 do ProDer, Diversificação da Economia e Criação de Emprego que permita pensar sobre as realizações de desenvolvimento rural desta medida.

- Saber quem, entre aqueles que o programa define como destinatários da medida, toma conhecimento e se mobiliza para pedir apoio público para um projeto de investimento e quem efetivamente beneficia dos apoios públicos.

Destinatários das ações

Ação 3.1.1 **Diversificação de atividades na exploração agrícolas** – agricultores ou a membros dos seus agregados familiares

Ação 3.1.2 **Criação e desenvolvimento de microempresas** – microempresas

Ação 3.1.3 **Desenvolvimento de atividades de turismo e lazer** – pessoa singular ou coletiva de direito privado.

Principal informação trabalhada e territórios estudados:

- Recolhida por inquérito junto a candidatos aos apoios no âmbito da medida 3.1

Número de inquéritos a

Candidatos com projeto		Candidatos pela ação			Total
apoiado	não apoiado	3.1.1	3.1.2	3.1.3	
13	7	6	8	6	20

- Três territórios de intervenção dos GAL/ADL – Leadersor, Rota do Guadiana e Terras Dentro¹. Localizados no rural Baixa Densidade Sul – menos de 12 hab./km².

Projetos apoiados pela medida 3.1 ProDer Continente

- O conjunto dos projetos apoiados compreende um número relativamente pequeno dos investimentos de menores dimensões.

- Os projetos em turismo e os realizados no quadro de uma exploração agrícola são dominados pelos investimentos de maiores dimensões

¹ O primeiro sediado em Ponte de Sôr, o segundo, em Serpa e o terceiro, em Alcáçovas.

- Os projetos propostos pelas microempresas distribuem-se de modo mais equilibrado por investimentos de diferentes dimensões.

Quadro 1 – Projetos contratados com o IFAP pela medida 3.1:
número e o valor do custo total dos investimentos,
em percentagem, segundo escalões do custo total

Escalões de custo total dos investimentos (10 euros)	Medida 3.1		Ação 3.1.1		Ação 3.1.2		Ação 3.1.3	
	Nº %	Custo %	Nº %	Custo %	Nº %	Custo %	Nº %	Custo %
≥5 a ≤25	11	1	20	2	12	2	3	0
>25 a ≤50	11	3	6	1	15	4	6	1
>50 a ≤100	14	7	9	4	19	10	9	3
>100 a ≤150	12	9	8	6	13	12	12	8
>150 a ≤200	15	16	16	18	14	18	16	14
>200 a ≤250	11	15	10	13	9	15	14	16
>250	27	49	32	56	18	39	39	57
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Informação compilada com base nas Tabelas do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFAP), na página [www do ProDer](http://www.proder.gov.pt) a 14/04/2013.

Características dos candidatos inquiridos

Proponentes individuais ou pequenas sociedades

- Os candidatos são maioritariamente homens, em idade ativa jovem (< 45 anos) e com níveis de escolaridade elevados. São chefes de famílias nucleares e residem na freguesia ou concelho onde pretendem desenvolver o seu projeto.

- Os candidatos com projetos recusados são, por comparação com os restantes, um pouco mais velhos e menos escolarizados.

- Os candidatos dispõem maioritariamente de capital próprio para investimento entre os 60 a 180 mil euros ou detêm condições para o obter na banca.

Quadro 2 - Características sociodemográficas dos candidatos, segundo a situação do projeto e a ação da medida 3.1

Situação/ ação do projeto	Número de candidatos (pessoa individual ou sócio de uma pequena sociedade)					Dimensão média do agregado doméstico
	Residência local	Idade		Mulher	≥ 12 anos de escolaridade	
		≥ 25 e < 45 anos	≥ 45 anos			
Apoiado	70	80	20	20	80	3.0
Não apoiado	80	40	60	40	80	3.6
3.1.1	80	3	2	2	100	3.2
3.1.2	100	5	2	1	71	3.0
3.1.3	67	2	1	6	7	3.7
Total	73	10	5	3	80	3.2

A fraca proporção de candidatos do género feminino e de jovens com menos de 25 anos de idade explica-se, em grande parte, pela composição da população destes territórios ou, seria necessário averiguar, pela necessidade de dispor de capital ou de crédito junto da banca ou pelo facto da divulgação destes programas se confinarem ao âmbito territorial.

- Os candidatos exercem, a título principal ou secundário, uma atividade económica por conta própria, de natureza variada, para a qual é dirigido o projeto de investimento objeto de pedido de apoio:

atividades agropecuárias, indústrias ou comércio alimentar, artesanato e empresas comerciais ou de prestação de serviços (entre outros, de saúde privados, assistência técnica informática, arquitetura e design e animação turística e desportiva).

- Quando a atividade por conta própria tem lugar numa exploração agrícola, esta representa um património fundiário familiar herdado ou de aquisição recente.

- Quando a atividade envolve a aprendizagem não escolar do ofício ou um espaço de negócio acede-se a ela também por herança familiar.

- Nas atividades criadas pela iniciativa dos próprios candidatos, estes procuram valorizar conhecimentos adquiridos na sua formação escolar.

- As atividades por conta própria a título secundário parecem associar-se a situações de instabilidade de emprego, rendimentos familiares baixos ou ocupações provisórias ou domésticas.

- Quando a atividade por conta própria é a atividade principal, o conjugue tem uma atividade independente.

Criação de emprego com os projetos de investimento apoiados

- A natureza das atividades em que os candidatos inquiridos se propõem investir é diversificada.

- Muitos dos investimentos para que se pede apoio (85%) projetam a criação de um, dois ou, mais raramente, três ou mesmo quatro postos de trabalho.

- Cria-se emprego para o próprio ou para o sócio (frequentemente um familiar)

- No total dos inquiridos, os seus projectos dariam lugar a 31.5

postos de trabalho para serem ocupados por residentes locais, tanto por homens e mulheres, que tendem a ter níveis de escolaridade elevada, embora poucos tenham menos de 25 anos de idade.

- Por vezes, o autoemprego completa-se com um trabalhador assalariado ou todo o emprego criado ou a criar é assalariado.

- Custo do trabalho criado (Custos dos projetos beneficiados por posto de trabalho criado)

Custo total – 84 936 euros/posto de trabalho

Despesa pública – 47 690 euros/posto de trabalho.

Nos seis anos do horizonte do estudo de viabilidade económica que integra o processo de candidatura (10 anos no caso dos projetos de alojamento turístico), o valor desta despesa pública equivale a uma remuneração do trabalho mensal superior a 560 euros, considerando 14 salários/ano, quando o salário mínimo do Continente (2013) é de 485.00 euros (DL 143/2010, de 31/12).

- Os projetos que, em média, mais emprego criam são, por ordem decrescente, os contratados pelas ações 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.1, respetivamente com 1.95, 1.52 e 1.31 postos de trabalho.

As principais motivações dos candidatos

- São múltiplas e variadas, umas incidindo mais sobre objetivos ‘empresariais’, pessoais ou familiares, outras, sobre as circunstâncias e oportunidades entrevistas.

- Objetivos económicos empresariais estão presentes nas razões declaradas por mais de 60% dos inquiridos, com projetos de natureza diversa e detentores de diferentes níveis de escolaridade.

Quadro 3 – Principais motivações de candidatura

Principais motivações declaradas

Tipo de projeto

Ampliar o negócio ou explorar novas oportunidades de mercado

Agroturismo; Indústria alimentar; Artesanato; Comércio e serviços em informática; Serviços de saúde privados; Turismo equestre

Diversificar as atividades do meu ‘negócio’

Agroturismo; Indústria alimentar; Artes gráficas e design; Comércio e serviços em informática; Parque de campismo rural

Diversificar a oferta de serviços aos associados

Turismo equestre

Rentabilizar a exploração; aumentar a produtividade e melhorar as condições de trabalho

Energia renovável (solar); Serviços de saúde privados

Pôr em prática uma ideia de negócio a par do meu emprego

Restauração

Criar a minha ocupação profissional

Centro hípico

Desejo de maior nível de satisfação com o trabalho (incluindo a remuneração)

Indústria alimentar

Responder a um desafio ou dar corpo a um projeto pessoal

Agroturismo; Turismo rural específico para deficientes

Obter um rendimento extra para além do proveniente do salário ou enfrentar a precariedade do emprego assalariado

Café/bar; Animação turística

Dar um futuro à filha

Café/bar

Valorizar um património familiar

Agroturismo

Dar continuidade ao negócio familiar de que se gosta

Café/bar

Projeto de vida; manter ligação ou regresso ao campo

Agroturismo

Suportar economicamente a prática da atividade a que se dedica

Centro hípico

Principais motivações declaradas

Tipo de projeto

Vontade de contribuir para o desenvolvimento da região (criar emprego)

Agroturismo; Restauração; Turismo equestre

Gostar e ter vontade de exercer o ofício ou a atividade

Agroturismo; Artes gráficas e design; Animação turística

Ter as condições para me tornar ativa (filhos crescidos)

Agroturismo

Ter os saberes do ofício ou experiência da atividade

Fabrico artesanal de chocalhos; Indústria alimentar; Turismo rural específico para deficientes

Características do local (existência de património histórico; boas condições para canoagem)

Turismo em espaço rural - CC

Aproveitar oportunidades que se abrem num determinado momento (concurso aberto pela Câmara; presença de um estagiário ou ligações à ADL; tipo de turismo ainda não explorado)

Atividades náuticas; Turismo em espaço rural – CC; Turismo rural específico para deficientes

- Nalguns casos, a expressão do objetivo de empreender tem um cunho mais pessoal: “pôr em prática uma ideia de negócio a par do meu emprego”, “criar a minha ocupação profissional”, “desejo de maior nível de satisfação com o trabalho” ou “responder a um desafio ou dar corpo a um projeto pessoal”.

- Na enunciação de outros candidatos, o bem-estar económico familiar parece ser a razão subjacente ou acrescenta-se um projeto familiar – “dar um futuro à filha”.

- Dois candidatos, ambos com estudos superiores, apresentam os seus investimentos em agroturismo como uma componente dos seus projetos de vida.

- Um objetivo social é mencionado por um ou outro candidato: “a vontade de contribuir para o desenvolvimento da região” ou para a “criação de emprego”.

- As razões mais circunstanciais referidas com mais frequência foram o gosto e a vontade de exercer o ofício ou a arte de que se ocupam ou o dispor de saberes e experiência nesses mesmos campos de atividade.

Investir para enfrentar a crise?

O ProDer decorre num contexto de crise económica prolongada, em que o investimento económico observa uma retração acelerada.

Quadro 4 – Perceções dos candidatos inquiridos sobre o efeito da crise económica nas suas atividades, segundo a situação do projeto e a ação da medida 3.1

Situação/ ação do projeto	Número de candidatos, em percentagem, segundo o modo como perceciona	
	a crise económica afetou a sua atividade ou empresa	o seu projecto é um meio para fazer face à crise ou minimizar os seus efeitos
Apoiados	85	31
Não apoiados	57	57
3.1.1	83	17
3.1.2	75	50
3.1.3	67	50
Total	75	40

- Do total, 75% dos inquiridos declaram que a crise tem afetado as suas empresas ou atividades económicas por conta própria, mas apenas 40% vê, no seu projeto de investimento, um meio para fazer face à crise ou de minimizar os seus efeitos.

- Segundo os inquiridos, a crise económica manifesta-se principalmente no aumento dos custos de produção e/ou redução do volume de vendas ou dos serviços prestados a clientes ou associados, a que acrescem outros impactes, como maiores dificuldades no acesso ao crédito bancário, adiamento ou cancelamento de investimentos pensados, alteração das atividades realizadas quase sempre associado à alteração do tipo de cliente, aumento de dívidas a fornecedores ou redução dos postos de trabalho entre outros.

- O grau de confiança em relação ao futuro é variável entre os inquiridos beneficiários bem-sucedidos que manifestam um grau de satisfação elevado com a possibilidade de investirem.

Quadro 5 – Principais manifestações da crise económica na perceção dos candidatos inquiridos

Principais manifestações da crise económica	Número de respostas %
Redução do volume de vendas/serviços prestados	50
Alteração das atividades realizadas	20
Alteração do tipo de clientes	20
Aumento dos custos de produção	55
Aumento de dívidas a fornecedores	15
Adiamento ou cancelamento de investimentos	20
Dificuldades no acesso ao crédito bancário	25
Redução do número de postos de trabalho	15
Redução de salários pagos e/ou atraso no seu pagamento	5
Redução de patrocínios	5
Redução do financiamento estatal	5
Não resposta	25

- Uns mostram-se confiantes na sua criatividade e arte, outros, acreditando nos seus saberes e experiência, falam da necessidade de ter um “plano B”; uns questionam-se se terão procura que viabilize o seu empreendimento turístico, outros se terão capacidade de competir com vizinhos que oferecem serviços coincidentes e aqueles que têm, no investimento apoiado, um passo para um projeto de vida, não manifestam preocupações com o futuro.

O destinatário, o candidato e o beneficiário das políticas

A tomada de conhecimento da possibilidade de apresentar uma candidatura ao apoio público para um projeto, constitui uma primeira barreira que delimita, no campo dos destinatários de um programa, o grupo dos seus possíveis beneficiários.

- As ADL dos territórios estudados, aquando a abertura dos concursos, promovem sessões de esclarecimento nas sedes concelelhias, onde beneficiários podem ser convidados a divulgar os seus projetos como forma de incentivar outros potenciais candidatos, marcam presença em feiras regionais, informam entidades públicas e privadas com perfil para se candidatarem ou enquanto parceiros da divulgação.

- A experiência de contacto com estas associações, a prática de candidatura a anteriores programas públicos de apoio, os conhecimentos e ligações a entidades com acesso privilegiado a informação relevante fazem diferença na passagem de um destinatário a candidato e deste a beneficiário efetivo.

Em discussão

- A resposta das explorações agrícolas a incentivos à diversificação de actividades. Esta parece continuar pequena.

- O desenho da medida de política em causa parece não se ajustar a alguns setores agrícolas destes territórios, designadamente, o facto do apoio a operações que recaiam sobre a transformação de produtos agrícolas incidir sobre investimentos inferiores a 25 mil euros.

- O contributo para o desenvolvimento rural dos apoios públicos a pequenas indústrias de produtos alimentares, ainda ligadas a mercados agrícola, mas que diversificam para novos produtos visando mercados urbanos, e pelos serviços, desde os de base territorial aos de artes gráficas e design, que ambicionam projetar-se muito para além do mercado local. Contudo, lembra-se a instabilidade que, noutros estudos, tem vindo a ser apontada para os micro-empresendimentos, em Portugal.

- O contributo dos investimentos em atividades de turismo e lazer e as que de certo modo se podem aliar a estas, como atividades náuticas e hípicas, que estão a absorver uma parte maior dos fundos de financiamento da medida para a diversificação das atividades e criação de emprego. Necessidade de atender na discussão desse contributo à relação entre a oferta e a procura de atividades turísticas em espaço rural e às motivações dos empreendedores.

- A tomada de decisão dos GAL como um problema de decisão de compromisso entre

a) projetos de menor risco e que têm maior probabilidade de prosseguir sem o apoio público, mas que prosseguiriam de qualquer modo, b) projetos que carecem desse apoio para acontecerem, mas com maior risco de insucesso e c) projetos que mais contribuem para a criação de emprego ou para estabilização de um negócio com a salvaguarda do emprego existente.

